



## CONSELHO NACIONAL

07 DEZEMBRO DE 2024

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BARCELOS



### Protocolos e Parcerias com Municípios e Juntas de Freguesia (Vantagens para as Filiadas)



## SUMÁRIO

P02 VOZ DOS PRESIDENTES

P06 ARTIGOS DE OPINIÃO

P10 INFORMAÇÃO ASSOCIATIVA

P20 LABORATÓRIOS SOCIAIS  
ASSOCIATIVOS (2)P21 ESTATUTO DO DIRIGENTE  
ASSOCIATIVOP25 NOTA ASSOCIATIVA –  
MANIFESTAÇÃO DE  
SOLIDARIEDADE À  
CONFEDERAÇÃO MUSICAL  
PORTUGUESA

P26 QUOTIZAÇÃO

**Nota:** Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.

## FICHA TÉCNICA

ELO ASSOCIATIVO:  
Propriedade CPCCRD  
Rua da Palma, 248,  
1100-394 Lisboa  
Tel: 218 882 619 / 916 841 315

[geral@cpccrd.pt](mailto:geral@cpccrd.pt)

[www.facebook.com/confederacao.colectividades](https://www.facebook.com/confederacao.colectividades)

[www.confederacaoportuguesa.colectividades.blogspot.com](http://www.confederacaoportuguesa.colectividades.blogspot.com)

[www.cpccrd.pt](http://www.cpccrd.pt)

## EDITORIAL



João Bernardino  
Presidente da Direção

Estimados Colegas Associativistas,

Estamos a terminar o ano de 2024. Vão acender-se as luzes Natalícias e do Novo Ano de 2025, com a tradição a empurrar-nos para a renovação de novas esperanças e o desejo dum melhor futuro.

Cá estaremos para que assim seja e naturalmente para isso lutaremos, alicerçados no trabalho anteriormente feito e determinados a consolidar e fazer com que um futuro melhor aconteça.

Ainda não é tempo de fazer o balanço do ano em curso, mas estamos confiantes e queremos construir um 2025 melhor que o ano anterior;

- *Queremos, e tudo faremos para isso, que o MAP-Movimento Associativo e Popular, tenha outra atenção por parte do Governo da República e dos respetivos Ministérios.*
- *Queremos e tudo faremos para isso, que o essencial das nossas propostas seja atendido e considerado por parte do Governo e de todos os poderes decisórios.*
- *Sermos mais ouvidos e envolvidos em todas as políticas Associativas, Culturais, Desportivas e Recreativas.*
- *Vermos alterado, para melhor, o Estatuto Fiscal das Associações sem fins lucrativos entre muitas outras questões tal como a isenção de IRC até 30 mil Euros, em toda a atividade Associativa.*
- *Ser finalmente concretizada a revisão do Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, na base das sucessivas propostas que temos enviado ao Governo.*
- *Criação de Programas de Apoio ao emprego Associativo*
- *Apoio à cultura e Preservação dos Arquivos Associativos*
- *Apoio e incentivo às Atividades Desportivas e Recreativas*

Naturalmente tudo isto num espírito de diálogo, participação e empenho mútuos, considerando sempre o fim último que é o bem-estar da nossa população.

Neste caminho, contem sempre com o MAP, com a nossa Confederação e com o empenho de todo o Associativismo. Não podemos, entretanto, é continuar a adiar problemas que em muito prejudicam as nossas Colectividades. Não contem connosco para adiar ou empurrar problemas para o futuro. Exigimos como parceiro social o reconhecimento e a resolução justa dum largo leque de questões que há muito reivindicamos e que são essenciais não só ao Associativismo, mas também ao bem-estar e desenvolvimento das nossas comunidades.

## VOZ DOS PRESIDENTES



Estamos a concluir o ano de 2024, um ano em que celebramos dois marcos históricos em Portugal: os 100 anos da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e os 50 anos do 25 de Abril de 1974. Celebramos com a devida dignidade, através de diferentes iniciativas ao longo do País, com destaque para o Congresso do Centenário da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, no passado dia 25 de Maio e para o Dia Nacional das Coletividades e dos 100 anos da nossa Confederação, no dia 1 de Junho último.

Há 100 anos, foi fundada como Federação e evoluiu depois para Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. Tem uma história muito rica, na dinamização do Movimento Associativo em Portugal, na sua afirmação, estruturação, valorização, dignificação e reconhecimento e cumpre-nos também relembrar a aprovação pela Assembleia Constituinte da Constituição da República Portuguesa, na qual são consagradas várias conquistas associativas e pela Assembleia da República, do Estatuto de Parceiro Social e de Dirigente Associativo Voluntário.

Assinalamos igualmente outra data maior da história de Portugal, os 50 anos do 25 de Abril de 1974. Naquela quinta-feira, dia em que os Portugueses através do movimento de capitães, reconstituíram a sua liberdade e passaram a viver em democracia. Como dizia a poetisa portuguesa, Sophia de Mello Breyner Andersen, “a partir daquele dia inicial, inteiro e limpo”, que eu considero que representou para todos nós Portugueses uma fonte de esperança.

E 50 anos depois, podemos dizer que Portugal e os Portugueses estão diferentes para melhor, do que naquela manhã do 25 de Abril. Não sejamos ingratos, nem injustos. Já fizemos tanto que nos devemos orgulhar das mudanças operadas no nosso País, sem como é óbvio ignorarmos as múltiplas desilusões com o que se fez e o tanto que ainda falta fazer.

Temos que continuar a fazer de Portugal, um País mais justo, solidário, desenvolvido e moderno, proporcionando mais igualdade de oportunidades a todos os Portugueses, para a qualidade e dignidade da sua vida. Este têm de continuar a ser o desígnio e a missão de todos nós Portugueses.

O 25 de Abril de 1974, com a liberdade e a democracia conquistadas, proporcionou um grande e decisivo impulso para o Movimento Associativo em Portugal. Os Portugueses tomaram maior consciência da sua responsabilidade de exercerem a sua cidadania ativa, criando muitas novas Associações/Coletividades por todo o País e alargando imenso a sua participação nas mesmas.

O Movimento Associativo promove e incentiva à cidadania ativa e à democracia participativa. As Coletividades são verdadeiras escolas de cidadania e de democracia. As Coletividades são a rede mais completa de integração e de dinamização de atividades de carácter cultural, recreativo, desportivo e social no nosso País. O Movimento Associativo é um parceiro estratégico da afirmação, promoção, progresso e desenvolvimento das comunidades locais e de todo o nacional, que é Portugal.

Continuo a pensar que faz todo o sentido a trilogia de valores – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – que inspirou a Revolução Francesa. Estes valores que continuam muito atuais, num tempo em que o mundo precisa de paz e segurança, para bem da humanidade.

Concluo, nesta quadra natalícia desejando um Feliz Natal a todos os Dirigentes e Associativistas do Movimento Associativo do nosso País.

Viva a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e o Movimento Associativo em Portugal e o 25 de Abril, hoje e sempre!

*O Presidente do Congresso Confederação Portuguesa  
das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto*  
**Dr. Manuel Moreira**

## VOZ DOS PRESIDENTES



Paula Marques, Dr.ª  
Presidente do Conselho Fiscal

## O NATAL

O Natal nas Associações é um momento especial para promover o espírito de solidariedade, união e partilha entre os membros da Associação, seja ela cultural, recreativa, desportiva ou comunitária.

Durante esse período, muitas associações organizam eventos e ações para celebrar a data e fortalecer os laços entre os participantes.

Podem ser feitas Campanhas Solidárias, Eventos de Confraternização, Ações de Inclusão Social, Apoio de Bem-estar aos membros, sem esquecer a decoração e o ambiente natalino, promoção de valores de solidariedade e fraternidade.

Que o espírito de Natal ilumine todos os membros das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, inspirando novas criações, estreitando laços e renovando a paixão pela Arte e Cultura.

Que o próximo Ano seja repleto de novas conquistas e muita harmonia entre todos.

Feliz Natal e Próspero Ano Novo.



## O PAPEL (E A PARTICIPAÇÃO) DAS MULHERES NO ASSOCIATIVISMO POPULAR



Sérgio Pratas  
Presidente do Conselho Jurisdicional

Com a Constituição de 1976 é assegurada a igualdade na lei entre homens e mulheres. Qualquer discriminação da mulher (incluindo o contexto associativo) passa a ser totalmente inaceitável.

### **Significa isso que se assiste hoje a uma maior participação de mulheres nas coletividades?**

É verdade que temos hoje (fruto das alterações ocorridas com o 25 de Abril) muito mais mulheres a participar no associativismo popular. Ainda assim, assiste-se ainda a uma clara sub-representação das mulheres.

O estudo “O associativismo popular português no século XXI”, recentemente publicado, procurou apurar o valor médio percentual das mulheres associadas em função da dimensão e tipo de associação. E conclui haver uma clara sub-representação das mulheres.

Sub-representação que se verifica também ao nível da participação nos corpos sociais. Apesar da assinalável evolução que aconteceu após o 25 de Abril de 1974, continua a haver uma clara predominância masculina entre os dirigentes associativos. De acordo com o referido estudo, atualmente, apenas 22,3% das coletividades são presididas por mulheres.

### **E será que há algum problema com essa sub-representação? Será isso natural?**

A sub-representação das mulheres no associativismo popular não pode ser considerada natural (nem o resultado de uma escolha livre). É sim resultado de um conjunto de obstáculos, que

teimam em manter-se – apesar da alteração do estatuto jurídico da mulher.

Deve acrescentar-se que essa realidade contribui para o empobrecimento do associativismo popular. São menos pessoas a participar, a pensar, a decidir – e são menos pessoas disponíveis para o exercício de funções dirigentes. Para além disso, as associações tornam-se monocromáticas, menos plurais, menos criativas, menos vivas.

Há ainda um terceiro problema: a sub-representação das mulheres fragiliza a democracia interna. As associações tornam-se menos inclusivas e, conseqüentemente, menos democráticas.

### **E será que se pode fazer alguma coisa? Qual a melhor estratégia para assegurar uma maior igualdade e participação das mulheres no associativismo popular?**

O movimento associativo deve discutir o problema e construir coletivamente um repertório de atuação que favoreça a participação das mulheres. Reflexão que deve ter como mote a promoção da democracia interna, em especial da participação inclusiva. A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) poderá ter aqui um papel relevante.

Mas é necessário ir mais longe. Não é possível discutir o papel da mulher no associativismo popular sem um olhar mais abrangente, sem discutir os problemas da pobreza, dos direitos no trabalho, da desigualdade na vida. Sem perder de vista o objetivo da transformação social e da emancipação.

É por isso que a CPCCRD, que representa em Portugal as coletividades de cultura, recreio e desporto, não pode abdicar de abraçar algumas causas, determinantes para a vida e vitalidade do associativismo popular: a causa da igualdade, a causa da paz, a causa da erradicação da pobreza, a causa da democracia.

## QUE FUTURO PARA O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR

### UMA PERSPETIVA



A CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, legítima representante das mais de 35.000 colectividades, associações e clubes, existentes em Portugal, das quais cerca de 5000 são filiadas diretas e integradas

em 40 Estruturas descentralizadas por Federações, Associações Concelhias e Colectividades Elo, onde militam também mais de 425.000 dirigentes voluntários, benévolos e eleitos, entre homens, mulheres e jovens de ambos os sexos, onde se estimam mais de 3 milhões de associados e praticantes.

#### **A Importância dos jovens no Movimento Associativo Popular (MAP)**

Sim, é aqui nos jovens que está a garantia de um Futuro mais dinâmico, mais solidário, mais socialmente coeso, digital e tecnicamente moderno, para o MAP.

Neste ano de 2024, celebrou-se o Centenário (1924-2024) CPCCRD, que permitiu, descentralizadamente, em debates com jovens frequentadores de modalidades desportivas, culturais e recreativas, abordar a importância da sua participação nas direcções das respectivas colectividades, de forma a injetar “sangue novo” nestas.

Sabemos que não é tarefa fácil, dado o espírito irreverente da maioria dos jovens, mas possível conseguir, com a habilidade e experiência associativa, desde que haja abertura e vontade, por parte dos dirigentes mais antigos.

A experiência nos diz que os jovens se revelam nas colectividades e clubes, através das chamadas secções, tais como: (bibliotecas, círculos de leitores, cineclubes, teatro, bailes e outras actividades recreativas, bilhar, snooker, ginástica, saraus, ténis de mesa, futebol, hóquei, canoagem, enfim, desporto em geral) áreas onde conseguem motivar e agitar o movimento associativo, de forma muito interessante para todos.

Por tudo isto, caros colegas associativistas ou ainda não!... vamos todos tomar consciência desta realidade social e ajudar a sensibilizar os nossos filhos, netos, sobrinhos e outros, para as práticas culturais, recreativas e desportivas, que o MAP lhes oferece, tendo igualmente em conta quanto estas práticas contribuem para a saúde e sanidade mental das populações.

Somos um país de grandes revelações intelectuais e desportivas, cujo o seu berço jovem, rico ou pobre, teve forte influência futura, fosse qual fosse a origem e cor da pele.

**Devemos continuar a honrar esse desígnio.**

*Veladimiro Matos  
Conselheiro Nacional*



## Desafios, Estratégias e Sugestões para o Futuro do Associativismo Popular

Durante o ano de 2024 a CPCCRD lançou um inquérito dirigido a um conjunto de Colectividades e Associações com mais de 100 anos de existência, tendo sido colocadas as seguintes questões:

**Principais Desafios:** *Quais são os principais desafios enfrentados pela associação que representa? Como esses desafios impactam a sua coletividade e as comunidades que servem?*

**Preservação do Legado:** *Que estratégias a sua Colectividade adota para preservar e promover a história e o legado da associação? Como vocês mantêm viva a memória e os valores que fundamentam a sua existência?*

**Troca de Conhecimento:** *Que sugestões ou recomendações gostaria de ver implementadas pela Confederação para promover a troca de conhecimento e experiências entre as associações? Como podemos melhorar a comunicação e colaboração entre as coletividades filiadas em diferentes níveis?*

**Fortalecimento das Associações:** *Quais os programas ou iniciativas você gostaria de ver liderados pela Confederação para fortalecer as associações filiadas? Como podemos apoiar melhor o desenvolvimento e a capacitação das nossas comunidades locais?*

**Garantia de Continuidade:** *Que planos gostaria de ver implementados pela Confederação para garantir a continuidade e o crescimento das associações no futuro? Como podemos assegurar que as nossas tradições e atividades continuem a prosperar nas próximas gerações?*

**Papel da Confederação:** *Qual é o papel da Confederação na coordenação e apoio às associações? Como podemos melhorar o nosso suporte e representação a nível local, nacional e internacional?*

Com base nas respostas obtidas foi possível elaborar um relatório, após análise dos testemunhos das várias associações culturais e recreativas em Portugal, onde foram identificar os principais desafios enfrentados por essas entidades, as estratégias adotadas para preservar o seu legado, e as sugestões para garantir a continuidade e fortalecimento do associativismo. As associações que contribuíram para este relatório representam uma diversidade de experiências e realidades, fornecendo uma visão abrangente sobre o estado atual do movimento associativo.

Os “**Desafios**” enfrentados pelas associações refletem uma combinação de dificuldades financeiras, problemas de infraestrutura, desafios de envolvimento comunitário e a necessidade de adaptação às novas realidades digitais e sociais. Adicionalmente, a “**Preservação do Legado**” histórico e cultural e a sustentabilidade das lideranças são questões críticas. Abordar esses problemas exige uma estratégia integrada, que considere a sustentabilidade financeira, a modernização das práticas e o fortalecimento da participação e envolvimento da comunidade.

As associações questionadas sobre a “**Preservação do Legado**” destacam diversas estratégias para manter e valorizar seu patrimônio cultural e histórico, enfrentando desafios semelhantes nesse processo. Abaixo estão alguns temas e abordagens comuns que surgem nas estratégias de preservação do legado:

- **Promoção e Valorização da História** (Eventos Comemorativos e Publicações)
- **Manutenção de Atividades Culturais e Formativas** (Continuidade e Inovação nas Atividades)
- **Educação e Formação** (Formação de Dirigentes e Membros)
- **Documentação e Arquivo** (Preservação de Arquivos Históricos)
- **Empenho e Compromisso da Comunidade** (Inclusão Comunitária em Atividades Culturais)
- **Renovação e Atualização** (Diversificação e Rejuvenescimento das Atividades)

## ARTIGOS DE OPINIÃO

---

Estas estratégias demonstram um esforço contínuo para manter vivo o legado cultural e histórico das associações, adaptando-se às mudanças no ambiente cultural e social, e garantindo que as tradições e valores fundamentais sejam preservados e transmitidos para as futuras gerações.

Quanto ao tema "**Garantia de Continuidade**" propõem várias estratégias para assegurar a continuidade de suas atividades e o fortalecimento do movimento associativo, apontando os temas e abordagens comuns observados nas sugestões para garantir essa continuidade:

- **Criação de Plataformas e Eventos de Envolvimento** (Encontros e Congressos Associativos)
- **Formação e Capacitação de Dirigentes** (Desenvolvimento de Lideranças)
- **Promoção de Projetos e Iniciativas de Preservação** (Planos Estratégicos e Diversificação)
- **Apoio e Incentivos** (Incentivos Financeiros e Fiscais)
- **Empenho da Comunidade e Divulgação** (Promoção e Envolvimento Comunitário)
- **Apoio da Confederação** (Papel Ativo da Confederação)

Essas sugestões refletem um esforço coletivo para garantir a continuidade e sustentabilidade das associações, abordando questões como a formação de líderes, a promoção de eventos e projetos, bem como a necessidade de apoio institucional e comunitário.

No ponto "**Papel da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto**" destacam a importância da Confederação no suporte e desenvolvimento do movimento associativo. Apontam, os temas e abordagens comuns observados nas sugestões para o papel da Confederação:

### 1. Função Geral da Confederação:

- **Ponto de Encontro e Suporte:** A Confederação deve continuar a actuar como um ponto de encontro para as associações, promovendo a troca de ideias e a busca de soluções para problemas comuns.
- **Defesa do Associativismo:** Deve desempenhar o papel de defensora do movimento associativo, assegurando o apoio público e destacando a importância das associações na vida democrática e cultural.

### 2. Sugestões Específicas:

- **Desenvolvimento de Gabinetes Regionais:**
    - **Criação de Gabinetes Regionais:** A criação de gabinetes regionais, como um Gabinete Ilhas para apoiar associações na Madeira e Açores, foi sugerida para oferecer suporte específico às necessidades regionais das associações.
  - **Promoção de Capacitação:**
    - **Formação de Dirigentes:** Implementação de projetos de formação para dirigentes associativos, focando na capacitação e no desenvolvimento das "habilidades" necessárias para uma gestão eficaz.
    - **Documentação e Preservação Cultural:** Iniciativas para documentar e preservar o património cultural das associações, garantindo a continuidade e valorização das tradições.
  - **Fomento da Comunicação:**
    - **Melhoria da Divulgação:** Melhorar a divulgação de informações por parte dos delegados regionais (concelheiros nacionais) e facilitar a participação nas atividades da Confederação, promovendo uma maior integração e comunicação entre as associações.
    - **Criação de Plataforma de Comunicação:** Desenvolvimento de uma plataforma de comunicação interna e externa, com acesso restrito às associações filiadas, para facilitar a troca de informações, a gestão de quotas e o acesso à legislação e notas associativas.
-



## ARTIGOS DE OPINIÃO

---

- **Inovação e Modernização:**
    - **Imagem Comunicacional:** Melhorar a imagem comunicacional da Confederação para atrair novos públicos e destacar a relevância das coletividades no presente e no futuro.
    - **Modernização das Ferramentas:** Adaptar e modernizar as ferramentas de comunicação e gestão para atender às novas necessidades das associações e aumentar a eficiência das operações.
  - **Apoio aos Dirigentes:**
    - **Incentivos e Suporte:** Criar incentivos, como bolsas de horas para dirigentes associativos e isenções fiscais, incluindo a isenção de IVA para a aquisição de instrumentos e fardamentos, para garantir a sustentabilidade das associações e apoiar os dirigentes em suas funções
    -
- 

### ***PODE O ASSOCIATIVISMO SER UMA DOUTRINA?***

O associativismo vai além de uma simples doutrina; ele é uma prática viva que impulsiona o desenvolvimento social e cultural das comunidades.

Nas coletividades, o associativismo tem um papel essencial na preservação e promoção da cultura, congregando atividades como bandas filarmónicas, coros, orfeões, teatro amador, escolas de música, orquestras, ballet, ginástica e muito mais.

Estas expressões artísticas e desportivas são alicerces para a formação integral dos indivíduos, oferecendo acesso à cultura e ao desporto, cultivando talentos e promovendo a convivência entre gerações.

Com isso, o associativismo não se limita a ser uma teoria: ele é uma força concreta que celebra e dinamiza a nossa herança cultural e social, transformando o quotidiano e fortalecendo o bem comum.

## **PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES**

*Junte-se a nós e faça parte desta Família*

---

# O ASSOCIATIVISMO POPULAR PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI

Nuno Nunes  
Jéssica Chainho Pereira  
José Soares Neves  
Sara Fernandes



ALMEDINA

Clareiras protegidas por Direitos de Autor

**Já saiu o livro que compila os resultados do grande inquérito nacional realizado sobre o Movimento Associativo Popular**

**Adquira já o seu exemplar na sede da Confederação!**

“Este Inquérito Nacional Representativo inaugura uma nova era relativa ao conhecimento sobre o associativismo popular português. A partir de agora compreendemos a sua dimensão e impactos, quem o constitui e constrói diariamente, caracterizando-o nos planos das próprias organizações associativas, dos seus dirigentes associativos, atividades, associados e praticantes. Esta obra não trata apenas de descrever esta realidade associativa, já em si mesma bastante relevante, mas procura igualmente compreender de que modo o associativismo popular em Portugal contribui para a consolidação da democracia portuguesa.”

***Nuno Nunes e Jéssica Chainho Pereira***

## Sinopse

Esta obra parte do grande inquérito nacional lançado recentemente ao Movimento Associativo Popular pela parceria entre o **Observatório do Associativismo Popular (OBAP)** e o **Observatório Português da Atividade Cultural (OPAC)**, sob desafio da **Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto**. Mais de mil coletividades, associações e clubes responderam, permitindo desenhar um retrato atual da realidade associativa em Portugal com comprovada relevância científica.

Um grupo de investigadores aceitou o desafio de ir além do mero estudo estatístico dos dados, mas aprofundar a análise partindo de pontos de vista diversificados, como os nove capítulos apresentados demonstram.

## Coordenadores

**NUNO NUNES, JÉSSICA CHAINHO PEREIRA,  
JOSÉ SOARES NEVES, SARA FERNANDES**

## Protocolos e Parcerias com Entidades Bancárias (Vantagens para as Filiadas)



## Comemorações do 8º aniversário da Associação das Colectividades do Concelho de Setúbal e Revolução 5 de Outubro de 1910

A Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal assinalou no sábado dia 5 de Outubro de 2024 a passagem do oitavo aniversário, com um encontro realizado no auditório do Mercado no Livramento.



O Encontro contou com a presença de vários dirigentes associativos, dos quais destacamos o Presidente da CPCCRD, João Bernardino, o Presidente da Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais, João Alexandre e o Presidenta da ACC Setúbal, Nuno Soares.



O Evento contou igualmente com a presença de diversos elementos autárquicos, tais como, os Presidentes da Câmara Municipal de Setúbal, André Martins, da junta de freguesia de São Sebastião, Luís Matos, da união de freguesias de Setúbal, Rui Canas, e o vereador da Cultura da autarquia, Pedro Pina.



A iniciativa incluiu intervenções com os temas “O papel (e a participação) das mulheres no associativismo popular”, “20 anos do Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário” e “A importância dos Jogos Tradicionais Portugueses na Europa”, a par da assinatura dos compromissos do projeto Laboratórios Sociais Associativos.



## CASA DO POVO DO CONCELHO DE OLHÃO



### Inauguração do CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

No passado dia 25 de Outubro de 2024, decorreu no edifício sede da Casa do Povo, em Moncarapacho, a

cerimónia de inauguração do CACI.

Trata-se de novas instalações, de grande importância para a região, no âmbito de apoio social, com capacidade para 30 utentes, destinadas a prestar apoio a pessoas portadoras de deficiência, a partir dos 18 anos.

A oficialização da candidatura do CACI acabou por acontecer em 2020, num mandato em que a falecida diretora Dália Pires fez parte. Foi ela que nos sensibilizou pela falta de vagas nas respostas sociais CAO da qual a sua filha Aurora precisava de usufruir.



Daí que, como homenagem à sua luta pela concretização do CAO, agora CACI, lhe atribuímos o nome de CACI Aurora. A Direcção da Casa do Povo convidou para o evento as várias entidades e organismos que tiveram a ver com a obra, bem como os sócios e colaboradores habituais da Instituição, que na sua quase totalidade estiveram presentes na cerimónia.

No ato de inauguração do CACI Aurora, foi descerrada uma placa, onde constam os nomes dos representantes das Instituições que mais contribuíram para a execução da obra:

Dr. António Pina (Câmara Municipal de Olhão), Manuel Carlos (União de Freguesias de Moncarapacho e Fuseta), Dr. José Apolinário (CCDR) e Dr.<sup>a</sup> Margarida Flores (Segurança Social).

Para além dos principais apoios oficiais referidos, também contribuíram para a obra no âmbito financeiro, sobretudo com doações, as seguintes entidades: João Morais – Cristina von



Rosen – Barbarah Lorenzetti – Pascal Lorenzetti – Vicent de Gryse – Ana Mascarenhas Santos – Hugo Mendes Oliveira – Ileana Pardal Monteiro – José Martins Dias – Parra da Alfarrobeira – Maria Bernardete Carvalho – Joaquim Botinas Fernandes – Fernando Amaro Nunes – João Martins e FerBrito-Construções, Lda.



É de salientar todo o empenho dos dirigentes da Casa do Povo, em particular do seu presidente Joaquim Fernandes!

Este CACI é inovador, por ser uma resposta social dentro de uma Casa do Povo com inúmeras respostas, na cultura, no desporto, na recreação, na educação, na ajuda alimentar, entre outras.

**Casa Povo do Concelho de Olhão  
Moncarapacho**

## Casa de Portugal de Montevideu (Uruguai)

Casa de Portugal de Montevideu representou Portugal na Feira das Colectividades no passado dia 3 de Novembro. O evento organizado pelo Município CH, contou com a presença de 23 países.



## Direcção Nacional da CPCCRD reuniu com a estrutura do Barreiro



Prosseguindo o objetivo de reunir regularmente com as Estruturas Descentralizadas da CPCCRD o Presidente e o Secretário da Direcção Nacional reuniram com a Associação das Coletividades do Concelho do Barreiro no passado dia 4 de novembro.

Nesta reunião foi analisado mais em pormenor o estado de funcionamento das associações Barreirenses e traçar linhas de trabalho que visem sobretudo manter em atividade as atuais associações existentes e de como orientar melhor o trabalho para filiar as que o não são.

Foram estabelecidos compromissos temporais para seguimento destas decisões e ainda houve ocasião de alertar esta estrutura local para situações graves que podem vir a sobrecarregar o MAP como o caso da lei para a recuperação dos Edifícios Associativos ou dos Relvados Sintéticos por exemplo.

*Joaquim Escoval*

### Protocolos e Parcerias (Vantagens para as Filiadas)



## O Penalvense está de parabéns



Esta colectividade do concelho do Barreiro comemorou o seu 92º aniversário e fê-lo na sua sede como é normal.

Já não é normal que uma sessão destas tenha lugar a uma 2ª feira, pelas 16 horas e conte com uma sala bem recheada de associados que decidiram assim demonstrar o seu amor e interesse pela sua coletividade.

O Penalvense convidou a CPCCRD que se fez representar pelo seu secretário, Joaquim Escoval, e os órgãos autárquicos do concelho, quer a Câmara Municipal do Barreiro, quer a União de Freguesias de Stº António da Charneca não compareceram, por que estavam na inauguração de um novo equipamento municipal. Após o período de intervenções todos foram convidados a participar num apetitoso lanche onde não faltou o bolo de aniversário.

*Joaquim Escoval*

## Dia Nacional das Coletividades

A CPCCRD voltou a comemorar o Dia Nacional das Coletividades desta feita a 1 de junho de 2024. O local escolhido para esta sessão comemorativa foi a própria sede da CPCCRD na rua da Palma em Lisboa.



Esta sessão revestiu-se de várias particularidades que a tornaram muito especial.

Desde logo foi presidida pela primeira vez pelo Dr. Manuel Moreira que veio substituir nas funções de presidente da mesa da Mesa do Congresso o Dr. Barbosa da Costa.

No início dos trabalhos foi inaugurada na escadaria de acesso ao 1º andar a Galeria dos Presidentes onde agora expomos as fotografias dos presidentes que foi possível encontrar, que dirigiram a vida da CPCCRD desde 1924.

Por fim foram atribuídos galardões e distinções a dirigentes e instituições que por proposta das estruturas foram aprovados pela Direção Nacional.

Por todo o país o Dia nacional das Coletividade foi comemorado pelas associações e estruturas com diversas iniciativas de diversa índole o que, conjuntamente da sessão da CPCCRD que acima descrita, deram a este dia a dignidade e visibilidade que ele merece.



*Joaquim Escoval*

## Congresso do Centenário

A Direção nacional decidiu realizar por altura das comemorações do 100º aniversário da CPCCRD um congresso essencialmente alusivo a esta data.



O local escolhido foi o Fórum Luísa Tody em Setúbal e para além da colaboração e participação das estruturas associativas locais e distritais também, contámos com o apoio e colaboração da própria Câmara Municipal de Setúbal.

Para falar dos 100 anos de associativismo em Portugal foi convidado o Dr. Pacheco Pereira que teceu diversas considerações acerca da história e da importância do MAP.



No decorrer dos trabalhos deste Congresso procedeu-se à substituição do Dr. Barbosa da Costa pelo Dr. Manuel Moreira como presidente da Mesa do Congresso um ponto revestido de grande emoção e agradecimento por tudo o que deu ao MAP o presidente agora substituído.

O Presidente da Direção Nacional João Bernardino teve também a ocasião de se dirigir aos muitos dirigentes e entidades convidadas presentes.



Por fim o Senhor Presidente da República Portuguesa o Professor Dr. Marcelo Rebelo de Sousa fez a intervenção de encerramento distinguindo com veemência o papel e a importância do MAP para o país.

De saudar e agradecer também a participação da Banda da Capricho Setubalense que entoaram em palco quer o Hino da CPCCRD, o ideal associativo, quer o hino nacional.

*Joaquim Escoval*





## FEDERAÇÃO DAS COLECTIVIDADES DO DISTRITO DE SETÚBAL COMEMORA 22 ANOS

A Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal vai assinalar o seu 22.º aniversário com um programa comemorativo a realizar ao longo do dia 25 de Janeiro de 2025 na Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense (Grândola), numa iniciativa aberta a todos os interessados.

Durante o dia suceder-se-ão painéis dedicados ao debate de temas associativos, com a participação de dirigentes associativos, autarcas, dirigentes da Federação e da CPCCRD e investigadores. Temas como o movimento associativo em Grândola, democracia e transparência nas associações de cultura, recreio e desporto, tema este a cargo de Sérgio Pratas e o balanço do Congresso Nacional de Coletividades, Associações e Clubes dez anos após a sua realização (2015), por Augusto Flor, são alguns dos temas objeto de intervenções e debate.

A sessão solene inclui a atribuição de galardões associativos a entidades e personalidades de reconhecido valor, integra também o programa desta comemoração.

Esta jornada comemorativa decorre sob a dupla égide de José Afonso, poeta, cantor e compositor que manteve uma especial ligação com Grândola e com a sociedade anfitriã, a SMFOG e a comemoração do 50.º aniversário do 25 de Abril.

A FCDS é uma estrutura autónoma e descentralizada da CPCCRD, com quem articula o seu trabalho e ação no território do distrito de Setúbal, nomeadamente nos concelhos sem associação concelhia de coletividades.

Esta iniciativa da Federação conta com o apoio da CPCCRD, Confederação Portuguesa das Coletividade de Cultura, Recreio e Desporto, Câmara Municipal de Grândola, Junta de Freguesia de Grândola e Santa Margarida e Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense.



## “Um Ano de Compromisso com o Associativismo e a Comunidade”

### “Capturando a Liderança Feminina: Um retrato da Diversidade”

Marco  
Dia 9

Capturando A liderança feminina

Um retrato Da  
*Diversidade*

Encontro das Mulheres dirigentes do movimento associativo do concelho de Setúbal

**Programa:**

10h - Sessão Fotográfica  
Local - Casa da Avenida

Junte-se a nós para uma sessão fotográfica na casa da Avenida! Queremos dar destaque aos rostos das mulheres do movimento que lidaram o movimento associativo em Setúbal.

Homenagem à Mulher: Celebrando a Autoestima  
Participe neste evento especial, um momento único de celebração e reconhecimento, faça parte de uma sessão fotográfica.

Para confirmar a sua presença, por favor preencha o formulário de inscrição ou entre em contacto para o email: [coletividades-setubal@gmail.com](mailto:coletividades-setubal@gmail.com) até ao dia 7 de Março

ORG. Apoio:

ACCSET Casa da Avenida Jaime Alves photography

No dia 09 de março a ACCSET – Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal, reuniu um grupo inspirador de mulheres dirigentes associativas para um encontro memorável. O evento, realizado na Casa da Avenida sito na Avenida Luísa Todi em Setúbal, proporcionou um espaço de reflexão, partilha e empoderamento entre as participantes.

Este projeto teve como objetivo proporcionar uma sessão fotográfica dando destaque aos rostos das mulheres que lideram o movimento associativo em Setúbal, dando a oportunidade de serem modelos por um dia e celebrar a diversidade e a força feminina, não apenas para capturar imagens e dar a conhecer os rostos, mas também encorajar as mulheres a cuidarem de si mesmas, dedicando um momento para realçar a sua autoestima, de forma a que as mulheres se sentissem especiais e reconhecidas pelo seu papel fundamental na comunidade. A Proprietária da “Casa da Avenida”,

disponibilizou de imediato a cedência do espaço, que proporcionou um ambiente acolhedor e inspirador para o encontro. O Fotógrafo Jaime Alves apoio este projeto, tendo como apoio a Assistente de produção Dulce Marcos.

O Encontro reuniu 11 participantes em um universo muito maior de mulheres no movimento associativo do Concelho de Setúbal. Apesar do número inicial, o evento foi marcado por um consenso unânime, dar continuidade ao projeto, reunindo mais mulheres dirigentes e criando encontros permanentes para o diálogo, colaboração e o desenvolvimento mútuo, a união e o trabalho colaborativo são essenciais para o desenvolvimento da liderança feminina.

O projeto do Encontro das Mulheres Dirigentes Associativas tem o potencial de se tornar um catalisador para a mudança, promovendo a igualdade de gênero e empoderando mulheres em todos os âmbitos da sociedade, dando continuidade no próximo ano com a 2ª Edição.

## Centenário da CPCCRD e do Dia Nacional do Pescador

No âmbito da celebração do Centenário da CPCCRD e do Dia Nacional do Pescador, a ACCSet organizou, no dia 31 de maio, um evento



dedicado à valorização das tradições marítimas e à promoção da interação entre as coletividades do concelho.

Realizado no Mercado de Nossa Senhora da Conceição, o programa incluiu o colóquio "Mar à Conversa", centrado na pesca artesanal em Setúbal, a exibição do documentário "Fragmentos de uma Vida por Cima d'Água".

Esta iniciativa enalteceu a importância da pesca no desenvolvimento de Setúbal e homenageou os pescadores, reunindo cultura, história e gastronomia em um momento de celebração comunitária.

## 1.º Torneio de Malha Corrida

No âmbito das comemorações, a ACCSet também participou no 1.º Torneio de Malha Corrida do Concelho de Setúbal, que se realizou a 9 de novembro, no Parque de Vendas de

**1º TORNEIO DE MALHA DO CONCELHO DE SETÚBAL**

ASSOCIAÇÃO E CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO DE VENDAS DE AZEITÃO

**Dia 9 de Novembro às 9:30h** PARQUE DE VENDAS DE AZEITÃO

SORTEIO DA 1ª FASE DE GRUPOS  
MEIAS-FINAIS 4º E 3º / 2º E VENCEDOR ANTES DE ALMOÇO

PRÊMIOS PARA TODOS OS PARTICIPANTES E ALMOÇO DE CONVÍVIO FINAL

ORG: **Inscrições: 962416003**

PATROCÍNIO: SETÚBAL AZEITÃO

APOIOS: IPDJ ACCSet #BEACTIVE

Azeitão. Organizado pelo Clube "O Real da Malha – Associação e Clube Desportivo e Recreativo de Vendas de Azeitão", o evento contou com o apoio da ACCSet, da Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais e da Beativ,

sendo patrocinado pelo Município de Setúbal, União de Freguesias de Azeitão, IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, e Ermelinda de Freitas.

O torneio, que reuniu 19 equipas e 38 participantes, evidenciou o compromisso da ACCSet em preservar o património cultural e desportivo do concelho.

## Uma presença ativa em eventos e iniciativas

Ao longo do ano, a ACCSet esteve presente em diversas iniciativas promovidas pelas coletividades, autarquia e juntas de freguesia de Setúbal, como o Festasso, Festanima, Feira de Santiago, Festas do Moinho da Maré, Magusto de São Sebastião, 6ª Regata de Bote a Remos e as Comemorações do Dia Mundial da Criança e do Trabalhador.



A associação tem desempenhado um papel essencial na promoção de práticas ancestrais como os jogos tradicionais, destacando os seus benefícios sociais e cognitivos.

No âmbito da iniciativa "Vamos Conversar, Vamos Construir", a ACCSet visitou seis coletividades filiadas e não filiadas, com o objetivo de auscultar as suas necessidades e sensibilizar para a importância da filiação na Confederação.

A ACCSet também marcou presença em sessões solenes de aniversário de diversas coletividades, reforçando o seu papel de proximidade junto da comunidade associativa.

## Rumo ao futuro do desporto local

Reconhecendo a importância de políticas desportivas alinhadas com as necessidades locais, a ACCSet reuniu-se com o Vereador da Cultura, Pedro Pina, e garantiu a sua inclusão no Conselho Municipal do Desporto. Este passo estratégico reforça o compromisso da



associação em representar as coletividades e defender o desenvolvimento desportivo no concelho.

## Parcerias Estratégicas

A ACCSet reconhece que o associativismo só pode prosperar com o apoio de parcerias estratégicas. Neste sentido, a colaboração com a autarquia local e as juntas de freguesia tem sido fundamental, especialmente na celebração de protocolos que promovem a execução de iniciativas conjuntas e o reforço da capacidade das coletividades.

Estas parcerias não só permitem a realização de eventos que enriquecem a comunidade, como também são essenciais para a preservação do património cultural, histórico e social do concelho.

Outro marco importante é a parceria estabelecida com o jornal Setubalense, que resultou na criação de um artigo bimensal dedicado exclusivamente ao associativismo.

Este espaço tem como objetivo destacar o

trabalho das coletividades, divulgar as suas atividades e promover reflexões sobre os desafios e oportunidades do movimento associativo no concelho. Com esta iniciativa, a ACCSet reforça o seu compromisso em dar voz



às coletividades e aproximar ainda mais a comunidade do universo associativo."

Com oito anos de história, a ACCSet reafirma o seu papel como promotora do associativismo, da cultura e da tradição em Setúbal, unindo a comunidade e preservando o património coletivo.

### Protocolos e Parcerias com Entidades Seguradoras (Vantagens para as Filiadas)

# MDS



**PONTO SEGURO**  
mediação de seguros, lda

## Laboratórios Sociais Associativos (2) O papel das Estruturas Descentralizadas

Este segundo artigo sobre os Laboratórios Sociais Associativos (2), destina-se a manter informados todos os Colegas Dirigentes que se interessem por esta experiência e a possam adaptar à sua região, distrito, concelho ou freguesia.

Falemos hoje do importante papel das Estruturas Descentralizadas, ou seja, as Federações Distritais e as Associações Concelhias.

Estas começaram por conhecer os objectivos, estrutura do projecto e um conjunto de requisitos que foram consensualizados entre os Investigadores das Escolas do Desportivo e os Dirigentes das Estruturas. Foram encarregues de seleccionar 5 Colectividades por concelho, sendo 4 filiadas e uma não filiada.



Presidente dos Bombeiros Voluntários de Setúbal a assinar o Compromisso

A Associação das Colectividades do Concelho de Setúbal foi a primeira a apresentar a sua proposta, tendo manifestado toda a colaboração e interesse. Aproveitando o momento muito especial da comemoração do Aniversário da ACCSetúbal, no dia 5 de Outubro no Auditório do Mercado do Livramento, foi apresentado e assinados os Compromissos com as colectividades onde fica claro o que cada uma das partes deve fazer entre 2024 e Novembro de 2027.

Nesta sessão, participaram vários autarcas setubalenses e o Presidente da Confederação João Bernardino. Seguiram-se os concelhos de Seixal e de Almada.

**Continuaremos em próximo ELO Associativo a informar, podendo se desejarem, solicitar mais informação aos serviços da Confederação.**



Dirigentes das Colectividades seleccionadas, Associação Concelhia e Investigadores

No caso de concelho do Seixal, a ACCSeixal agendou a assinatura do Compromisso para as instalações de uma grande Colectividade, os Águias Unidas, na Amora no dia 23 de Novembro. Tendo estado presentes Dirigentes das 5 Colectividades, das Escolas do Desportivo e um representante da ACCSeixal, foram esclarecidos pormenores de métodos e técnicas que serão desenvolvidas pelos Investigadores e Dirigentes.



Presidente da Academia Almadense (Colectividade seleccionada), a assinar o Compromisso.

Quanto às Colectividades do concelho de Almada, a anfitriã foi a Academia Almadense que recebeu a Sessão comemorativa de Aniversário da ACCAlmada no dia 24 de Novembro. Numa sessão cheia de momentos de reflexão e troca de opiniões sobre o estado do associativismo almadense, foi lido o Compromisso e assinado pelas Colectividades seleccionadas. Esta sessão contou com a presença de autarcas e do Presidente da Direcção da Confederação João Bernardino.

À medida que são assinados os Compromissos, são constituídas as Unidades de Investigação que contam com os Dirigentes das Colectividades seleccionadas, Federação Distrital, Associação Concelhia, Escolas do Desportivo e Confederação. A selecção de colectividades continua a decorrer e as assinaturas dos Compromissos serão agendadas entre os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

## 20 anos do Estatuto de Dirigente Associativo Balanço e perspectivas



Corriam os primeiros anos deste século (2002) e os Dirigentes da Federação Portuguesa das Colectividades, insistiam com os poderes centrais (Assembleia da República e Governo), para serem reconhecidos e apoiados nas suas funções cívicas e associativas. Era o rescaldo e recomendações do Congresso da Federação de 2001 em Loures.

Assim surgiu a **lei 34/2003 de 22 Agosto – Reconhecimento e valorização do Movimento Associativo Popular**, com apenas 3 pequenos artigos, que instituiu o dia 31 de Maio como Dia Nacional das Colectividades, atribuiu ao associativismo português o Estatuto de Parceiro Social e a obrigatoriedade do Governo elaborar o levantamento de entidades por município e aperfeiçoar os mecanismos de apoio técnico-financeiro. Destes 3 artigos cumpriu-se o primeiro por iniciativa da Federação, o segundo só em 2012 com a entrada para o CES e o terceiro ainda está por cumprir.

Contudo, foi a partir deste momento que alguns deputados e governantes, tomaram alguma consciência da importância do Associativismo Popular de Cultura, Recreio e Desporto, tendo ficado em “lista de espera” a criação de um estatuto do dirigente associativo.

Com a evolução da Federação para Confederação (29 Maio 2003) intensificaram-se os contactos formais com os Grupos Parlamentares, e informais com diversas personalidades, surgindo um projecto lei que foi secundado por outros projectos. Pelo meio, fomos ouvidos, percebemos das diferenças de posição entre partidos, demos os nossos contributos construtivos e assim se chegou a uma proposta conjunta que foi aprovada por unanimidade.

### **A lei 20/2004 de 5 Junho**

#### **Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário**

Considerando que cerca de 86% dos dirigentes são trabalhadores por conta de outrem, com a aprovação desta lei, abriu-se a possibilidade dos Dirigentes Associativos puderem melhorar as condições de disponibilidade para tratar de assuntos das suas Colectividades no período normal de trabalho.

Assim, com base em critérios rigorosos, foi estabelecido o âmbito, o crédito de horas em função do número de associados, o regime de faltas, tempo de serviço, férias e seguro de acidentes pessoais. Ficou decidida a sua aplicação no sector público e sector privado. Desde cedo, surgiram as dúvidas da aplicação quer no sector público, quer no privado. Muitos dirigentes foram impedidos de usar a lei. Com o apoio do Gabinete Jurídico e Dirigentes da Confederação muitas das situações foram revertidas a favor dos Dirigentes. Contudo, era um mau sinal.

Os anos passaram e a natureza das relações de trabalho em Portugal foram-se alterando em prejuízo dos trabalhadores de onde se destacam a precariedade contratual, a sobrecarga e desregulação dos horários, a deslocalização dos locais de trabalho e os baixos salários. Destas, aquela que maior impacto negativo teve para a não aplicação desta lei, foi a precariedade.

Muitos Dirigentes Associativos viram os seus contratos a termo terminarem mais cedo pelo facto de exigirem que lhe fosse aplicado o Estatuto de Dirigente Associativo Voluntário, sobretudo no sector privado. Em conclusão, a estrutura empresarial que em alguns casos se arvora em ter políticas de responsabilidade social, directa ou indirectamente, recusa um direito básico a quem de forma voluntária e benévola contribui para uma sociedade mais justa e mais solidária.

Estamos perante um problema da sociedade com profundos reflexos no associativismo e, desta forma, na qualidade da nossa liberdade e democracia. Porque não podemos ficar calados, aqui fica a nossa análise de 20 anos de uma lei que, ainda que tardia e imperfeita, podia dar melhores condições de trabalho aos Dirigentes Associativos, apoiando e motivando.

Nunca pedimos nada para nosso benefício pessoal. Trata-se tão só de ter condições para desenvolver a cidadania através do associativismo que substituiu ou complementa o Estado nas suas obrigações constitucionais.

***Por fim, deixamos aos Dirigentes Associativos a nossa determinação para continuar a luta pela alteração de alguns aspectos da lei, e dar todo o nosso apoio e solidariedade sempre que decidam usar o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, pois é o uso legítimo e regular que garante que somos um Estado de democrático e de direito.***

---

## CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

### ***“A Economia Social em Portugal – os desafios”***

A CPES – Confederação Portuguesa de Economia Social, organizou uma Convenção com a colaboração da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, onde foram avaliados e discutidos um conjunto de temas da maior importância para o nosso Movimento Associativo de Cultura, Recreio e Desporto. Aqui fica uma reflexão sobre os assuntos em geral e as “empresas sociais” em particular.

### ***1. A Constituição da República e a Economia Social***

Esta Convenção desafia-nos a reflectir, debater e tomar posição sobre um aspecto de vital importância para a sociedade portuguesa, isto é, o futuro da estrutura económica a partir do conceito expresso na Constituição da República no que respeita à propriedade dos meios de produção. Resistindo ao ímpeto de vos falarmos da evolução do pensamento constitucional sobre “o social” desde a primeira Constituição Política da Monarquia (1822), centramo-nos na CRP de 1976, onde se podia ler: **Titulo II – Estrutura da propriedade dos meios de produção (art.º 89º)**, definia: O sector público; O sector cooperativo; O sector privado, por esta ordem. **Após a 7ª revisão (15 Abril 2005), (art.º 82º)** define: Setores de propriedade dos meios de produção: - O setor público; O setor privado; O setor cooperativo e social, por esta ordem.

Assim se chegou ao que hoje é comumente designado (3º sector).

Poderão alguns pensar que se trata de uma mera questão semântica.

Esta mudança, que deve ter passado despercebida à grande maioria, não deixa de configurar uma mudança de pensamento ou seja de ideologia, priorizando o capital sobre o social.

Mudam-se os tempos, mudam-se as prioridades.

### ***2. A Lei de Bases da Economia Social***

Resultado do sentimento da necessidade de dar maior atenção e visibilidade à economia social, foram surgindo e intensificando as pressões das várias entidades da Economia Social, e de personalidades com visibilidade reconhecidamente pública, o que resultou num trabalho colaborativo que levou que a Assembleia da República tivesse aprovado, por unanimidade, a lei de Bases da Economia Social, (lei 30/2013 de 8 Maio).

O reconhecimento e inclusão de várias entidades da ES portuguesa, afastadas dos centros de poder e decisão, no CNES e CES, foi um passo muito importante para o reforço de participação na discussão das políticas sociais em Portugal.

Uma das áreas em que esta lei teve impacto positivo foi de todas as entidades da ES, terem a possibilidade de se candidatarem aos fundos comunitários (2014) de uma forma generalizada, o que não acontecia até então.

Ao avaliarmos esta lei e o seu impacto, percebemos que houve alguns avanços, mas também que alguns aspectos fundamentais continuam por cumprir por parte dos governos, nomeadamente no que respeita à falta de um Estatuto Fiscal da Economia Social, não obstante desde 2014, as entidades da ES terem apresentado sucessivas propostas.

### **3. O 1º Congresso da Economia Social**

Dito isto, continuamos a recordar momentos de vital importância para a ES e para as questões que aqui debatemos hoje. Lembremo-nos do 1º Congresso Nacional de Economia Social e o seu enquadramento. Durante um governo socialista e com um ministro que, reconhecidamente, sabia o que era a Economia Social. Ele próprio lançou o desafio às entidades com assento no CNES: “...organizar um congresso da economia social ao qual daria total apoio, podendo, se assim entendêssemos, constituir uma estrutura nacional onde tivessem assento todas as entidades de topo da ES.” Realizou-se o 1º Congresso Nacional de Economia Social em 2017 e constituiu-se a Confederação Nacional de Economia Social em 2018.

Destas duas experiências resultou um profundo debate entre pares que permitiu um maior conhecimento do que nos diferenciava, mas também do que tínhamos em comum, surgindo inclusivamente o termo, muito feliz, “Famílias Associativas” que tão bem nos caracterizou. Permitam que aqui recorde Jorge Sá e Rogério Cação.

Realizando 4 sessões temáticas (Lisboa, Póvoa do Varzim, Mangualde e Évora) e o encerramento (Lisboa), onde se discutiu a necessidade e o papel da ES portuguesa; a coesão social e territorial após tantos anos de liberdade, democracia, desenvolvimento, e integração europeia; a distribuição assimétrica da riqueza produzida; o papel do Estado, O PAPEL dos privados com fins lucrativos e papel dos privados sem fins lucrativos; o modelo social de remediação em lugar de um modelo social de prevenção; os desequilíbrios estruturais e pontuais entre o litoral e o interior; o papel do ensino e da comunicação social, entre outros aspectos.

Em suma, construiu-se uma convergência de objectivos que resultou num conjunto de 20 Recomendações, das quais, para este efeito, se destacam apenas 5:

1. As entidades da economia social, pela sua diversidade, transversalidade, identidade e comprovada acção ao longo dos tempos e em todo o território, têm um papel fundamental a desempenhar nas políticas nacionais.

(...)

7. As entidades da economia social pugnam pela produção regular de estatísticas sobre a realidade e peso económico e social da economia social, mormente tornando bienal a conta satélite de economia social, e dotando-a de indicadores sobre a parte associativa das organizações e sobre o voluntariado.

(...)

10. As entidades da economia social, atento ao disposto na Constituição e lei ordinária de acordo com o princípio da discriminação positiva que a aplica, consideram-se no direito no direito a beneficiar de um regime fiscal adequado à sua natureza e aos fins que prosseguem.

(...)

12. As entidades da economia social recomendam que seja especialmente impedida a utilização das diferentes denominações que lhe são próprias por parte de organizações que utilizam o “social” ou outra forma de designação de entidades previstas na Lei de Base da Economia Social, como forma de acederem indevidamente a fundos, programas e projectos.

13. As entidades da economia social não se revêm no conceito “empresa social” assente na forma de sociedade comercial, e recomendam que a definição e clarificação desse conceito seja realizado no quadro da Lei de Bases da Economia Social.

Entretanto, passaram 7 anos. Neste lapso de tempo fomos ouvindo aqui e ali, definições cruzadas dos conceitos que sempre nos nortearam e que foram reafirmados no Congresso, alguns adaptados à especificidade de áreas e respostas de cada entidade ou Família. Outros, porque “ouviram lá fora”, leia-se união europeia, em fóruns de reflexão, leia-se lóbi, e foram importados com total “isenção alfandegária”. Outros ainda que consideram estarmos num momento em que não podemos ficar de fora de uma coisa que vai avançar, connosco ou sem nós.

Parece-nos que, com algum mimetismo e fatalismo, a semântica foi abrindo caminho e ocupando espaço para a aceitação de algo que não estava previsto e não se sentia a necessidade. Contudo, parece estarmos num ponto sem retorno que tem que ser aceite. Será mesmo assim?

***Perante esta situação, desafiados a reflectir e tomar posição, sobre a proposta do estatuto “empresas sociais”, parece-nos justo perguntar?***

1. Foi em Portugal, resultado de um debate entre as entidades da ES portuguesa, que foi identificada esta necessidade ou foi impulsionada pela “SBI (2011) que estudou o conceito operacional consolidado através de estudos diversos sobre a realidade de cada país, como se lê na introdução ao documento distribuído?
2. Quais foram as entidades e os responsáveis pela avaliação da situação da ES portuguesa que levaram ao surgimento desta proposta, além da CASES, Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, e uma Sociedade de Advogados?
3. Esta ideia surge das cúpulas da ES portuguesa e da auscultação às suas bases à anterior ou a posteriori e das recomendações do 1º Congresso Nacional da ES?
4. Foram esgotadas as formas e modelos de cooperação, organização e governação das entidades da ES portuguesa?
5. Foram identificadas através de métricas, tipologias de governação, rácios de utentes, trabalhadores, dirigentes e os impactos desta proposta nas várias Famílias da ES portuguesa?
6. Foram previstas as desigualdades que este modelo pode gerar na divisão e falta de equidade entre as entidades da ES portuguesa.
7. Foram identificados os impactos internos na sua estrutura nacional e na composição da representação junto do poder político?
8. Estas medidas resultam da necessidade sentida da ES portuguesa ou da pressão lobista de sectores da economia de capital que pretendem ocupar espaço nas áreas que hoje estão ocupadas pela ES, e ter iguais acessos aos fundos comunitários e eventuais vantagens fiscais?
9. Esta proposta é generosa e necessária à oferta de serviços de bens e respostas sociais e vai aumentar a resposta às necessidades da sociedade, nomeadamente das pessoas e famílias mais vulneráveis, sem reduzir e desequilibrar a diversidade dos três sectores?
10. Não obstante os respaldos do Plano de Acção para a Economia Social da EU (2021); 110ª Sessão da CIT organizada pela OIT e recomendações da OCDE (2022) e da ONU (2023), do ponto de vista do regime político e económico português, foi estimado o impacto na estrutura da propriedade dos meios de produção e do equilíbrio entre sector social e sector capital, substituindo o social pelo liberal?

Por fim, permitam-nos deixarmos uma nota que nos parece de todo oportuna e pertinente.

Reconhecemos a diferença do tempo e do modo entre o pensamento de António Sérgio (década de 50 do século passado), e o tempo e o modo de hoje. Ao visitar os 7 Cadernos da Antologia Sociológica de António Sérgio, identificamos a diferença de regimes, conceitos e perspectivas ao ponto de certos vocábulos estarem esgotados e outros, à data não existirem. A ideologia dinâmica e dialéctica de António Sérgio, no caso de ele hoje estar aqui entre nós, provavelmente, levaria a afirmar e a questionar-nos: **Conheci o Primeiro Homem, conheci o Segundo Homem. Que Homem sois vós?**

**Quem conhece a obra de António Sérgio, sabe de que Homens ele falava.**

Lisboa 19 Novembro 2024

Augusto Flor

Antropólogo e Associativista | Assessor da Direcção e do OBAP da CPCCRD

---

## O Sport Chinquilha Arroteseense fez 75 anos

Esta associação da freguesia de Alhos Vedros no concelho da Moita comemorou no passado dia 30 de Novembro o seu 75º aniversário.

A CPCCRD foi convidada para a sessão solene e fez-se representar pelo seu secretário da DN Joaquim Escoval, que na ocasião atribuiu à associação em nome da CPCCRD a medalha e o diploma pelo seu 75º aniversário.

Nesta bonita cerimónia esteve também representada a Federação das Colectividades do Distrito de Setúbal, Marco Ginó, bem como o presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros tendo a associação aproveitado para apresentar quase a totalidade dos seus corpos gerentes.

O Chinquilha Arroteseense é uma das poucas associações da região de Setúbal que ainda prática a modalidade do chinquilha com malha pequena tendo a actual direcção vindo a renovar a sua equipa com novos atletas.



**NOTA ASSOCIATIVA**

CONFEDERACAO DASCOLECTIVIDADES.COM

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA  
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA,  
RECREIO E DESPORTO

## Manifestação de Solidariedade à Confederação Musical Portuguesa

Caros (as) dirigentes associativos

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) vem por este meio manifestar a sua total e incondicional solidariedade à Confederação Musical Portuguesa (CMP) face à posição que tem assumido em defesa das Bandas Filarmónicas portuguesas, das suas escolas de música e de todas as outras formações musicais que, diariamente, contribuem para o enriquecimento cultural e artístico das nossas comunidades.

A CPCCRD expressa o seu firme empenho na defesa de todas estas entidades culturais, reconhecendo o seu papel central no ensino, desenvolvimento e preservação da música em Portugal. É com grande apreço que acompanhamos o trabalho inabalável da CMP para garantir que a legislação referente à reprodução de repertório musical seja aplicada de forma justa, equilibrada e exequível, sem colocar em risco a sustentabilidade financeira das nossas Bandas Filarmónicas.

Não podemos aceitar que propostas injustas, como as apresentadas pela nova entidade AD EDIT – Associação de Editores de Partituras e Compositores, prejudiquem as nossas Bandas, impondo taxas insustentáveis e desvirtuando a verdadeira finalidade de valorização da criação musical. Acreditamos que o equilíbrio entre a defesa dos direitos dos compositores e editores e a viabilidade económica das formações musicais é fundamental para preservar o legado cultural do nosso país.

Estamos ao lado da CMP nesta luta e reforçamos o nosso compromisso com a promoção e valorização das atividades culturais e recreativas, das quais as Bandas Filarmónicas são parte integrante. Continuaremos a trabalhar em conjunto com todas as organizações que defendem os interesses das coletividades e associações culturais, na certeza de que, juntos, poderemos construir um futuro mais justo e sustentável para todas as nossas instituições.

Seguimos firmes na defesa das nossas Bandas, das suas escolas e de todas as formações musicais.

Saudações Associativas.

A Direção

Lisboa, 28 de outubro de 2024



R. da Palma, 248-1100-954 Lisboa  
Telefones 210993370 | 218820219  
das 10:00 às 13:00 e das 14:00 às 18:00. Horário de Segunda a Sexta  
e-mail: [geral@cpccrd.pt](mailto:geral@cpccrd.pt)  
Site: <http://www.cpccrd.pt>  
Blog: <http://www.blogcpccrd.pt>  
Facebook: <https://www.facebook.com/na/confederacao.colectividades>



## QUOTIZAÇÃO

### Direitos e deveres estatutários QUOTA 2024 A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes. Direitos e deveres estatutários QUOTA 2024 A PAGAMENTO



Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal ou transferência bancária via Montepio Geral:

**IBAN- PT50 0036 0185 9910 0001 0637 9**

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do n.º da mesma para o email [geral@cpccrd.pt](mailto:geral@cpccrd.pt)

